



SUBSTITUTIVO 01 A PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 1/2026

ALTERA O CAPUT DO ART. 49, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA, PARA ALTERAR DATA DE ELEIÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA.

Art. 1º O caput do art. 49, da Lei Orgânica do município de Louveira, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 49 A eleição para renovação da Mesa Diretora realizar-se-á na última sessão ordinária de novembro, da segunda sessão legislativa, em sessão exclusiva para esse fim, considerando-se empossados os eleitos, automaticamente, no dia 1º de janeiro da terceira sessão legislativa.”

Art.2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Louveira, 27 de abril de 2026.



JUSTIFICATIVA AO SUBSTITUTIVO Nº 1 À PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 1/2026

O presente Substitutivo tem por finalidade aperfeiçoar a redação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 1/2026, que altera o art. 49 da Lei Orgânica do Município de Louveira, no tocante ao período de realização da eleição da Mesa Diretora para o segundo biênio da legislatura.

A reformulação integral do texto mostra-se necessária para adequação da norma aos parâmetros fixados pelo Supremo Tribunal Federal, especialmente quanto à vedação de antecipação excessiva das eleições da Mesa Diretora.

A Corte Constitucional consolidou entendimento no sentido de que a eleição para o segundo biênio deve observar a contemporaneidade entre o pleito e o exercício do mandato, de modo a preservar os princípios republicano e democrático, evitando a cristalização de maiorias e assegurando que a escolha da Mesa reflita a realidade política atual da Casa Legislativa.

Nesse contexto, a fixação de marco temporal a partir do mês de outubro do segundo ano da legislatura revela-se medida adequada e proporcional, alinhando-se à orientação jurisprudencial e reduzindo riscos de questionamento judicial.

O Substitutivo também suprime previsão constante da redação originária que assegurava a preservação de eleições anteriormente realizadas para mandatos futuros. Tal previsão não encontra amparo constitucional, uma vez que, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, não há direito adquirido a regime jurídico de eleição da Mesa Diretora, tampouco à manutenção de eleição antecipada para mandato ainda não iniciado.

Com efeito, a eleição antecipada não gera situação jurídica consolidada, mas mera expectativa de direito, que pode ser validamente atingida por alteração normativa destinada a restabelecer a conformidade com a Constituição.

Ressalte-se que a Mesa Diretora constitui órgão de natureza institucional e política, cujos mandatos são temporários e submetidos aos princípios da periodicidade e da alternância de poder, não se admitindo sua estabilização por meio de regras que perpetuem escolhas realizadas em contexto político pretérito.

Dessa forma, o presente Substitutivo promove a adequação integral do dispositivo, conferindo-lhe maior segurança jurídica, coerência normativa e conformidade com a ordem constitucional vigente.

Por tais razões, submete-se o presente Substitutivo à apreciação dos Nobres Vereadores.



Câmara Municipal de Louveira



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Louveira. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://louveira9.siscam.com.br/Documentos/Validate?chave=784B-9PS9-ST92-SUZ3>, ou vá até o site <https://louveira9.siscam.com.br/Documentos/Validate> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 784B-9PS9-ST92-SUZ3